



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS ERECHIM  
INSTITUTO TÉCNICO DE CAPACITAÇÃO E PESQUISA DA  
REFORMA AGRÁRIA – ITERRA  
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

**NACIONALISMO MOBILIZADO E A CRIAÇÃO DA  
PETROBRAS**

**LOUISE LÖBLER**

**VERANÓPOLIS  
2017**

**LOUISE LÖBLER**

**NACIONALISMO MOBILIZADO E A CRIAÇÃO DA PETROBRAS**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciatura em História da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientadora: Alessandra Gasparotto

**VERANÓPOLIS**

**2017**

Löbler, Louise  
NACIONALISMO MOBILIZADO E A CRIAÇÃO DA PETROBRAS/  
Louise Löbler. -- 2017.  
51 f.

Orientadora: Alessandra Gasparotto.  
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -  
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de  
Licenciatura em História , Erechim, RS , 2017.

1. Criação da Petrobrás. 2. História do petróleo no  
Brasil. 3. Campanha "O Petróleo é Nosso!". I.  
Gasparotto, Alessandra, orient. II. Universidade Federal  
da Fronteira Sul. III. Título.

LOUISE LÖBLER

"NACIONALISMO MOBILIZADO E A CRIAÇÃO DA PETROBRAS"

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciado em História da Universidade Federal da Fronteira Sul

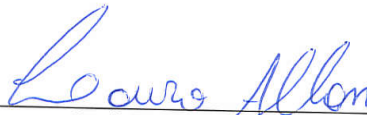
Orientadora: Profa. Alessandra Gasparotto

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em: 24/11/2017.

Banca examinadora:



\_\_\_\_\_  
Profa. Alessandra Gasparotto



\_\_\_\_\_  
Prof. Lauro Allan Almeida



\_\_\_\_\_  
Profa. Caroline Rippe de Mello Klein

Ao Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, sujeito político coletivo que organiza os atingidas/os por seus direitos.

E as trabalhadoras e trabalhadores que lutam pela transformação dessa sociedade.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, ao MAB que me inspirou neste trabalho e apoiou durante esse período de estudos.

Ao MST, pela construção desta graduação e por todo o trabalho realizado, criando as condições necessárias para que este estudo fosse realizado.

Aos Educadores/as que nos ajudaram nas disciplinas, orientação e seminários durante o curso.

A minha família, em especial minha mãe Carla, que com toda sua dedicação me ensinou as primeiras letras, e compartilha também desta conquista.

A professora Doutora Alessandra Gasparotto, que me orientou, por todo seu empenho, e orientação exemplar.

Aos camaradas de militância, pelo apoio, contribuições e companheirismo.

Este trabalho e conclusão de curso é fruto de um trabalho socialmente construído.

Isso é história, companheiro.  
História que tu escreveste  
à margem das linotipos,  
à margem da rotativa  
e das tiras de papel.  
História que tu escreveste  
tendo ideal, mão altiva,  
toco de giz ou pincel.

**O VOTO É A ARMA DO POVO!  
O NOSSO PETRÓLEO É NOSSO!**

Anda comigo e espia pras paredes,  
vê quanta história ali já se escreveu.  
São páginas e páginas de luta  
que escrevemos nos muros com  
o povo,  
como povo, tu e eu.

São páginas que o tempo não apaga  
e nem apaga a reação.  
São páginas que o povo  
diariamente  
lê quando passa para as oficinas  
e guarda, pra reler, no coração.

Trecho do poema “O povo escreve a história nas paredes”,  
de Mario Lago.

## RESUMO

A história se escreve com as contradições que envolvem as pessoas que escrevem a história. Neste estudo o objetivo é iniciar a pesquisa sobre algumas questões que envolvem o petróleo, compreendendo a importância deste óleo da pedra para a movimentação e sobrevivência da sociedade capitalista. Buscou-se abranger a história do descobrimento do petróleo em terras brasileiras, e as disputas políticas e econômicas que se construíram em torno do petróleo do Brasil, o que na década de 1940 desencadeou uma Campanha nacional de referência para a luta em defesa da soberania nacional, chamada “O Petróleo é Nosso!”, e mobilizações que desencadearam em 1953 a criação da empresa de controle estatal Petrobras. Esses acontecimentos na história do Brasil contribuíram para um nacionalismo mobilizado construído na base de mobilizações sociais, mas também com intenções do estado; tal laço e sentimento ainda permeiam a população deste país. Esse recorte da história essencial na construção do sentimento nacionalista mobilizado que permeia os corações de muitos brasileiros e brasileiras, nos indagando em como será nosso futuro e nossa soberania energética no Brasil.

Palavras – chave: Nacionalismo. Petróleo. Petrobras. Campanha.



## **ABSTRACT**

History is written within the contradictions which involves those that writes history. This study aims to start researching issues that involves petroleum, understanding it's importance for the survival of the capitalist society. It broads to the history of the discovery of oil in Brazilian territory and the related economic and political disputes, which unleashed in 1940 to the national campaign in defense of national sovereignty "The Oil is Ours!", mobilizations which gave support for the creation in 1953 of the state company Petrobras. These events in the history of Brazil contributed to a mobilized nationalism built on the basis of social mobilizations, but also with state intentions, such a bond and sentiment still permeate the population of this country. This perspective of history is important within the building of the nationalist spirit which is present within the Brazilians and makes us question about our future and of the Brazilian energy sovereignty.

Keywords: Nationalism. Oil. Petrobras. Campaing.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO I – CONTEXTUALIZAÇÃO DO PERÍODO: AS DISCUSSÕES EM TORNO DO PETRÓLEO .....</b>	<b>15</b>
<b>1.1 Periodização da questão do petróleo no Brasil.....</b>	<b>16</b>
<b>CAPÍTULO II – DA CAMPANHA “O PETRÓLEO É NOSSO” À CRIAÇÃO DA PETROBRAS: UMA ANÁLISE SOBRE OS PERCURSOS DA QUESTÃO DO PETRÓLEO NO BRASIL .....</b>	<b>26</b>
<b>2.1 Contextualização sobre a Campanha “O Petróleo é Nosso!” .....</b>	<b>27</b>
<b>2.2 Breve história da “Petróleo Brasileiro S. A” .....</b>	<b>37</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>44</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>47</b>

## INTRODUÇÃO

A construção de uma sociedade permeia sentimentos de pertença. Nesta investigação, o nacionalismo mobilizado torna-se ponto estratégico para a soberania nacional, construída em bases petrolíferas, de mobilizações e disputas políticas ao longo da história.

As relações sociais estabelecidas na construção de um modelo de desenvolvimento, na sociedade capitalista, reproduzem a exploração e acumulam capital. E quando se trata de energia, atualmente o petróleo é um dos elementos mais centrais para a economia e indústrias mundiais.

A palavra petróleo vem do latim *petroleum*, petro = pedra e oleum = óleo, “óleo da pedra”. O petróleo é a base natural finita mais importante na atualidade da sociedade mundial, servindo de base para a produção de plásticos e derivados, de fertilizantes agrícolas, de remédios e cosméticos, de materiais de construção, para pavimentar vias de transporte, para a produção de combustíveis (óleo diesel, gasolina, etanol, etc.).

Os mais diversos embates foram feitos durante estes primeiros cinquenta anos do século XX. As disputas em torno da defesa da soberania, junto das questões de desenvolvimento industrial do país, poder político e econômico, mas também poder territorial, acentuam este período de muitos acontecimentos na história do Brasil.

A Campanha “O Petróleo é Nosso!”, através dos estudos realizados para a elaboração deste trabalho, apontou questões peculiares e necessárias para a constituição massiva, em milhões de brasileiras e brasileiros, a construção de um sentimento de nacionalismo.

Neste sentido, esta investigação busca analisar como a campanha em torno da defesa do petróleo contribuiu para a constituição de um determinado sentimento nacional, que foi mobilizado ao longo da criação da Petrobras. Este tema é bastante abordado pela historiografia, espera-se contribuir trazendo algumas reflexões específicas acerca do sentimento de nacionalismo mobilizado ao longo deste processo.

Ao longo da pesquisa, pretende-se discutir sobre as seguintes questões: Como se deu a Campanha “O Petróleo é Nosso!” e a criação da Petrobras? Como o sentimento de nacionalismo foi (re)criado e mobilizado neste processo? Quais

os discursos e símbolos que foram mobilizados em torno da defesa do petróleo, e qual sua vinculação com um sentimento de nacionalismo e de pertencimento? Este sentimento foi e continua a ser mobilizado em diferentes contextos históricos. Compreender as ferramentas e os valores afirmados a partir das características do período de criação da Petrobras contribui para entendermos o fenômeno de forma mais ampla, e em outros contextos históricos.

O interesse ao estudar e elaborar sobre este tema tem dois sentidos. Em primeiro lugar, partiu da curiosidade em compreender como o petróleo se tornou peça chave na construção de um dos maiores símbolos da soberania nacional, conhecida como Petrobras, tendo em sua mobilização uma das maiores campanhas realizadas em toda a história do país, mobilizando um sentimento nacional, o qual permanece até os dias atuais. Em segundo lugar, atendendo uma demanda coletiva do Movimento dos Atingidos por Barragens, o qual definiu ser necessário aprofundar estes estudos em torno das energias e mobilizações sociais no Brasil.

Ao discorrer sobre o tema, no que se refere à fundamentação teórica, utilizou-se uma série de obras bibliográficas, em destaque para autores/as como Maria Augusta Tibiriçá Miranda, Dias e Quagliano, Luchessi, David Harvey, Nelson Werneck Sodré, que contribuíram para o resgate histórico e conceitual deste trabalho.

Um dos principais conceitos que utilizo nesta investigação é nacionalismo. Este é entendido na perspectiva de Sodré, quando afirma que:

Partimos, desde logo, de definição do que é nacional, para que não haja dúvidas: só é nacional o que é popular. A nação para nós é o povo e não apenas o território. Ela foi construída, em processo histórico, isto é, pela acumulação, ano a ano, século a século, de tudo aquilo que, em nós, representou trabalho e sacrifício, tudo aquilo que foi resultado do esforço coletivo, tudo aquilo que depois de quatro séculos aproximando-se do quinto, chegou a moldar a fisionomia atual do país: a sua grandeza geográfica, as suas tradições, o seu povo. (SODRÉ apud BARROS, 1998, p.88).

Nacionalismo tem duas origens, *gen = nascer* e *natus = filho*, o filho que nasce, Rosa Luxemburgo refere-se ao termo dizendo que são “receptáculos

vazios, nos quais todas as épocas históricas e relações de classe lançam seu conteúdo material especial”<sup>1</sup>.

Nesse sentido pode-se considerar que o nacionalismo é construído a partir das relações estabelecidas em um determinado período da história entre as pessoas, e suas vivências em comum, resistências e opressões contribuem para a construção desse sentimento nacional, e que ele pode ser de várias vertentes; conservador, xenófobo, de identidade étnica, de defesa e de opressão. Mas ao mesmo tempo que é construído ele não é algo imutável, determinado, uma vez que as adversidades de inúmeros fatores influenciam, incluindo os listados acima, em sua formulação; precisamos compreender as peculiaridades da constituição das relações sociais e da conjuntura histórica da época.

Portanto, o nacionalismo exige [...] uma atitude de resistência e de luta, o que pode valer tanto nas relações econômicas como no campo cultural, com o desejo de manifestações de autonomia e independência [...]<sup>2</sup>.

Essa pesquisa se faz ao compreender as correlações de forças, e qual o sentimento construído para a pertença nacional, e a importância do petróleo na época, comparando com a atualidade, onde o petróleo e a Petrobras estão em alvo de disputa internacional, tornando-se estratégica a compreensão para analisarmos o período atual.

As principais fontes de pesquisa foram documentos do acervo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, o qual possui uma vasta biblioteca digital de documentos históricos. Para esta pesquisa alguns destes documentos foram essenciais, como por exemplo, verbetes e dossiês explicativos, de vários gêneros, como biográficos, explicações sobre os partidos políticos, contextualização sobre a criação da Petrobras e do Conselho Nacional do Petróleo, e também imagens das capas de panfletos produzidos pela União Nacional dos Estudantes – UNE<sup>3</sup>, e pelo Partido Comunista Brasileiro – PCB<sup>4</sup>, ambos em defesa do petróleo e da

---

<sup>1</sup>Verbetes, CPDOC, intitulado “Nacionalismo”. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/NACIONALISMO.pdf>> Acesso em 12 de novembro de 2017.

<sup>2</sup>Idem.

<sup>3</sup> União Nacional dos Estudantes, a UNE, criada em 1937, e atualmente representa mais de seis milhões de universitários em todo o território nacional. Disponível em: <<http://www.une.org.br/memoria/>> Acesso em 12 de novembro de 2017.

<sup>4</sup> Fundado em 1922 com o nome de Partido Comunista do Brasil, mas teve seu nome alterado para Partido Comunista Brasileiro durante a conferência nacional em 1961, para facilitar o

soberania, os quais foram utilizados na Campanha “O Petróleo é Nosso!”, nos anos 1940. Também foram analisados alguns decretos e leis do Governo Federal, os quais basicamente são os decretos Lei nº 6.323 e nº 2.004, referentes à criação do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil e da empresa de capital misto Petrobras, respectivamente. E, por fim os dados que a própria Petrobras possui atualmente em seu site, que contribuíram para as análises e comparações de sua produção e da história de seu desenvolvimento.

Esta breve pesquisa está estruturada em dois capítulos. No primeiro capítulo, apresento uma contextualização acerca das discussões em torno do petróleo, abordando questões históricas da descoberta do petróleo em território brasileiro, disputas políticas que influenciam na construção de uma mobilização popular, que tinha por objetivo defender sua soberania. No segundo capítulo, desenvolvo uma abordagem panorâmica da Campanha “O Petróleo é Nosso!”, bem como o processo que levou à criação da Petrobras, contextualizando a Campanha e seus desdobramentos, e a criação da empresa como resposta do Governo de Getúlio Vargas às pressões populares.

Entendemos que há limites na elaboração deste trabalho, mas o qualificar da classe trabalhadora na Universidade é uma questão que ainda precisamos enfrentar, reconstruir espaços de conhecimento com o povo para o povo, construindo uma análise que contribua para a transformação da sociedade.

## **CAPÍTULO I – CONTEXTUALIZAÇÃO DO PERÍODO: AS DISCUSSÕES EM TORNO DO PETRÓLEO**

Neste primeiro momento do trabalho, a abordagem se desenvolve na perspectiva de lembrar as primeiras descobertas de jazidas de petróleo em território brasileiro até a criação da Petrobras. Retomar momentos da indústria implica em trazer alguns contextos de disputas políticas e sociais da época, como mobilizações realizadas em torno do tema, as quais foram e são pautas presentes na sociedade brasileira.

Nos anos finais do Brasil Imperial, a economia encontrava-se em crise econômica, as disputas desta época giravam em torno de questões territoriais e políticas. Este período de transição para a República com guerras civis acontecendo no mundo inteiro, mas também no Brasil com a Guerra do Paraguai, e com a Abolição da Escravatura em 1888 e no ano seguinte a Proclamação da República, e ao mesmo tempo com o marco de 1864, com a descoberta do petróleo em terras baianas.

Ao longo dos anos inúmeras mudanças estruturais foram feitas no Brasil, o país passou por períodos transitórios tanto nas questões políticas de governos com intenções distintas, de burguesias<sup>5</sup> oligárquicas agroexportadoras para um fortalecimento das burguesias industriais, estruturação dos trabalhadores operários e dos trabalhadores em geral como classe, todas as configurações do Estado as quais interferem e são influenciadas no sistema econômico do Brasil, uma vez que estas mudanças se reconfiguram até os dias atuais.

Com isso, em menos de um século o país possuía sua matriz energética pouco desenvolvida e baseada em energias dependentes de água, carvão e minerais passou a utilizar o petróleo, este recurso mineral finito desconhecido, uma das matérias – primas mais valorizadas na economia industrial do mercado mundial, e estrategicamente importante para a soberania nacional brasileira.

---

<sup>5</sup> [...] Engels definiu burguesia como “a classe dos grandes capitalistas” que, [...] hoje em dia, quase que exclusivamente, a propriedade de todos os meios de consumo e das matérias – primas e instrumentos (máquinas e fábricas) necessários à sua produção. (BOTTOMORE, p. 38).

## 1.1 Periodização da questão do petróleo no Brasil

No final do período Imperial e início da República, o Brasil passava por muitas mudanças estruturais, políticas e econômicas. As construções de novas relações de trabalho permeiam a passagem dos séculos, colocando o ser humano e a natureza em constantes contradições.

As fontes de energia no país neste período eram baseadas na mineração, carvão e hídrica. De forma didática, para compreendermos os acontecimentos em torno do petróleo neste período, recém descoberto em território brasileiro, Luchessi descreve citando que:

[...] tinha-se conhecimento, de maneira esparsa, não-científica, da existência de emanações de óleo e gás em algumas regiões do Brasil. Em 1858 foram registradas as duas primeiras concessões para a exploração de carvão, turfa e *betuminous shale* nos arredores do rio Maraú e em Ilhéus, no estado da Bahia, região hoje denominada Bacia de Camamú, onde algumas emanações de óleo e a ocorrência de folhelho betuminoso eram conhecidas. Em 1859 foram registradas emanações de óleo em cortes da estrada de ferro em construção no Recôncavo Baiano, arredores de Salvador. Em 1864 Thomas Dennys Sargent requereu e recebeu concessão do imperador para pesquisa e lavra de turfa e *petróleo* na mesma região de Ilhéus e Camamú. Em 1867 foram concedidos direitos de exploração de *betume* na região das bacias costeiras de São Luís e Barreirinhas. Entre 1872 e 1874 várias concessões foram registradas no interior do estado de São Paulo, nos arredores de Rio Claro, região da Bacia do Paraná conhecida pela ocorrência de emanações de óleo e gás. Em 1876, com a fundação da Escola de Minas de Ouro Preto, em Minas Gerais, resolveu-se parcialmente o problema de mão-de-obra mais especializada para suprir, por profissionais com algum conhecimento científico, a busca pelo petróleo. Em 1881, a lavra e retortagem do folhelho pirobetuminoso da Bacia de Taubaté proporcionou combustível para a iluminação da cidade por aproximadamente dois anos. Entre 1892 e 1897, o fazendeiro Eugênio Ferreira de Camargo perfurou em Bofete (SP) o que foi considerado o primeiro poço petrolífero do Brasil, tendo sido reportada a recuperação de dois barris de petróleo. (LUCHESSI, p. 20).

Os conflitos agrários no Brasil são frequentes e ainda atuais, mas quando se refere a petróleo, trata-se de disputas pelo subsolo, local onde se encontra petróleo, necessitando de legislação própria para sua extração e uso, como também é o caso da mineração. Frequentemente, os donos das terras travavam conflitos com o estado, julgando que o subsolo os pertencia, e conseqüentemente o petróleo também.



No início da extração do petróleo, havia uma legislação, sobre a qual Dias e Quagliano indicam que:

A legislação de minas do período imperial, por sua vez, não se sustentava em nenhum código legal específico, sendo definida em seus aspectos fundamentais pelo texto constitucional de 1824 e pela Lei de Terras de 1850. O princípio básico estabelecia que o subsolo constituía propriedade do Estado, podendo entretanto ser explorado por particulares. (DIAS; QUAGLIANO, 1993, p.20).

Nessa época, a extração era desenvolvida por iniciativas privadas de estrangeiros em parceria de brasileiros, uma vez que havia pouco interesse e necessidade nas terras brasileiras para o uso do petróleo, o qual nos próximos anos tornou-se base para a economia e a indústria mundial.

No Brasil e em outras partes da América, a empresa multinacional *Standard Oil*, estadunidense fundada em 1870, já possuía vários poços de petróleo e detinha a distribuição de gasolina, óleo diesel, querosene e outros derivados. Em relação ao monopólio das indústrias do petróleo no Brasil no início do século XX, Dias e Quagliano, citam que:

Pouco depois, no final dos anos 20, ocorreu uma concentração desse mercado nas mãos das grandes companhias de petróleo que absorveram as matrizes das duas empresas de médio porte. Assim em 1928, apenas 4,12% do mercado não dependiam das importações realizadas pelas grandes companhias: a *Standard* detinha 49,11%, a *Anglo-Mexican* (controlada pela *Royal Dutch-Shell*) ficava com 18,01%, a *Texas Company* estava com 16,72% e a *Atlantic Refinign Company* conquistara 12,04%. (DIAS; QUAGLIANO, 1993, p.42).

No início do século XX a economia nacional se remodelou; com o ciclo do café em declínio e com a entrada dos imigrantes no Brasil, cria-se uma situação onde há trabalhadores, e as fábricas, terras e estradas de ferro se desenvolvem rapidamente, de acordo com a necessidade e expansão da economia e da sociedade brasileira.

Importante observamos que a questão energética tinha importância para o desenvolvimento industrial e social, e como o Brasil não possuía nenhuma empresa que detinha as estruturas necessárias para este manejo e extração petrolífera, já haviam interesses externos. Conforme Dias e Quagliano:

Entre 1913 e 1916, o consumo de óleo combustível quadruplicou em termos de volume, o que indica substanciais modificações no mercado de derivados de petróleo no Brasil. Essas mudanças que então se processavam era resultantes de três fatores: primeiro, a entrada de duas novas firmas estrangeiras no mercado de derivados; segundo, a conjuntura gerada pela I Guerra Mundial; e terceiro, a expansão da rede elétrica brasileira fora do eixo Rio – São Paulo. Quanto à entrada de novas firmas, é importante observar que ambas eram controladas por dois grupos pioneiros na exploração e refino do petróleo no México e que o óleo mexicano tinha características que favoreciam a obtenção de óleo combustível. Assim, em abril de 1913, o governo brasileiro concedia a The Anglo – Mexican Petroleum Products Company, Limited autorização para funcionar na República. A empresa era ligada à Companhia Mexicana de Petróleo El Aguila S.A. [...]. (DIAS; QUAGLIANO. 1993, p. 43).

A expansão do uso do petróleo como combustível, e a chegada de automóveis no início do século XX no país, fez com que a necessidade de avançar as pesquisas e perfurações em busca de petróleo aumentasse em território nacional, e os gastos eram altíssimos e sem garantias que seria encontrado petróleo no subsolo; por isso neste primeiro momento, quem assumia estes riscos eram as empresas estrangeiras como a *The Anglo*, citadas acima, ou também outras iniciativas privadas.

Sauer justifica a expansão do automóvel enquanto meio de transporte como o gerador da contínua necessidade de recursos petrolíferos, citando que:

Entretanto, já no final do século XIX, outra máquina térmica transformou um insumo praticamente sem valor em necessidade essencial da vida moderna: foi a associação entre a indústria do motor de combustão interna e a do petróleo, com forte apoio do sistema financeiro – a expansão do automóvel como meio de transporte gerou uma demanda sustentada de produtos petrolíferos e, ainda que utilizado para outras finalidades, inclusive não-energéticas, o consumo maciço de petróleo no mundo, hoje, destina-se ao transporte. (SAUER et al, 2010, p.5).

Morais, afirma que na “segunda metade da década de 1930 o Brasil possuía a segunda maior frota de veículos da América do Sul, que consumia cerca 7.000 barris de gasolina por dia” (MORAIS. 2013, p.43). No Brasil ainda não existia um grande mercado para os derivados do petróleo, mas a vinda de carros através da importação e o desenvolvimento das indústrias era sinal de que o consumo aumentaria.

Em 1907 foi criado o Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil – SGMB responsável para realizar pesquisas das jazidas petrolíferas. A tabela que segue abaixo nos mostra as perfurações realizadas pela SGMB dos anos de 1919 à 1930 em diversos estados do Brasil.

Tabela 01 – Perfurações realizadas pelo SGMB. Exploração de petróleo – 1919/ 1930

Anos	Estados							Total
	PR	SP	RS	SC	BA	AL	PA	
1919	01							01
1920	01				01	02		04
1921		01			02	01		04
1922		03			01	01		05
1923	01	02				01		04
1924	01	01			01	01		04
1925		03					01	04
1926			01		01		01	03
1927	01	02		02			02	07
1928		02					01	03
1929	02	03		02			04	11
1930		01						01
<b>Total</b>	<b>07</b>	<b>18</b>	<b>01</b>	<b>04</b>	<b>06</b>	<b>06</b>	<b>09</b>	<b>51</b>

Fonte: Dias e Quagliano, 1993, p.13.

Observa-se que em onze anos de atuação da SGMB foram perfurados 51 locais, em sete estados do país. Com destaque para o estado de São Paulo, com dezoito perfurações neste período. “As razões para o baixo número de prospecções e perfurações realizadas deveram-se aos reduzidos recursos orçamentários alocados pelo governo, à falta de sondas apropriadas [...] (MORAIS, 2013, p. 40)”.

Os locais perfurados não possuíam petróleo para ser explorado, mas este trabalho todo contribuiu para dois fatores: para “acumular informações

sobre a geologia do país” (DIAS E QUAGLIANO, 1993, p. 13-14) e para o “aperfeiçoamento e o treinamento de uma equipe de geólogos brasileiros” (idem). Neto afirma que:

Na realidade, a atuação do CNP, no período entre 1938 e 1953, foi o de consolidação da atividade de pesquisa e exploração, principalmente no Recôncavo Baiano, apesar de menos de cem poços haviam sido perfurados em busca do petróleo, no período anterior a 1938, dos quais, setenta e sete poços foram de iniciativas do Governo, através do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil (SGMB), e cerca de vinte poços perfurados, por empresas privadas nacionais, que atuaram no setor sem a cooperação ou participação do Governo. (NETO, 2012: 05).

A reconfiguração da matriz econômica no Brasil é impulsionada a transformar-se de agrícola para industrial, perpassa pelo desenvolvimento capitalista do mundo desse período, com modificações na classe trabalhadora brasileira.

Vargas em seu primeiro mandato (1930 – 1934), também conhecido por governo provisório, inicia as primeiras reformas políticas com o objetivo de centralização do poder, e movimentos intencionais rumo à industrialização do país. De acordo com Kanaan:

A política de alianças e absorções desenvolvida após a Segunda Guerra Mundial atendia aos interesses das empresas norte-americanas e do governo dos EUA. No entanto, a possibilidade da emancipação econômica e a política de aumento de salário contrariavam os interesses da burguesia industrial brasileira. A internacionalização da reprodução e da acumulação do capital, ideologicamente contrariava o modelo capitalista proposto pelas forças políticas e econômicas representadas pelo governo. (KANAN, 2004, p. 3).

O governo getulista caracterizava-se por ser conciliador, e com as intenções de desenvolver o país, “[...] num momento em que a situação do econômica e financeira do Brasil caminha no sentido de acentuar a dependência em relação aos Estados Unidos” ( D’ARAUJO, 1992, p. 28). E o fato dos interesses governamentais brasileiro pautarem a questão nacional causa desconfianças e pressões diplomáticas e econômicas por parte dos estadunidenses, que com o passar dos anos passam a incentivar as empresas privadas multinacionais e não o estado brasileiro por via de alianças.

O panorama político da época é cheio de disputas e interesses; para contribuir nessa análise, Dalla Costa afirma que:

Nesse momento a realidade favorece propostas de mudanças capitaneadas por uma aliança política entre novos líderes (Getúlio Vargas e outros) participantes do movimento tenentista e antigos líderes políticos (incluindo o ex-presidente Artur Bernardes), que, ao liderarem a Revolução de 1930, passam a comandar o Estado brasileiro. Luiz Carlos Prestes por sua vez não participa do golpe, afirmando que não seria “a simples mudança de homens no poder” que alteraria a situação de dificuldade vivida pelo povo brasileiro, manifestando desse modo sua luta pela construção do socialismo. Ainda assim, na opinião de Prestes, a Coluna Prestes também colaborou para esse sentimento revolucionário da época, contribuindo para “a Revolução de 1930”, bem como “para o início de uma nova etapa no desenvolvimento capitalista no Brasil”. (DALLA COSTA, 2016. p. 34).

Realizar reformas estruturais garante que o estado brasileiro se desenvolva nos moldes do avanço do capitalismo<sup>6</sup> e constitua uma massa de trabalhadores necessários para a produção de mercadorias<sup>7</sup>. As disputas em torno do mercado e do petróleo se acirravam no país, e exigiam respostas por parte do governo.

Em 1939, foi descoberta a “primeira acumulação de petróleo”, em território brasileiro, no chamado campo de Lobato no estado da Bahia. (Luchessi 1998, p. 20) Já havia no país o Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, criado pelo decreto 6.323 de 10 de janeiro de 1907, e o Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), criado somente em 1934.

No ano anterior, em 1938 foi emitido o Decreto nº 395, o qual declara que é “[...] de utilidade pública e regula a importação, exportação, transporte, distribuição e comércio de petróleo bruto e seus derivados, no território nacional, e bem assim a indústria da refinação de petróleo importado em produzido no país, [...]”<sup>8</sup>. Os interesses sobre o petróleo brasileiro eram

---

<sup>6</sup> Denominação do modo de produção em que o capital, sob suas diferentes formas, é o principal meio de produção. (BOTTOMORE, 1983, p. 51).

<sup>7</sup> A mercadoria é a forma que os produtos tomam quando essa produção é organizada por meio da troca. Nesse sistema, uma vez criados, os produtos são propriedade de agentes particulares que têm o poder de dispor deles [...].(BOTTOMORE, 1983, p. 265).

<sup>8</sup> Decreto Lei nº 395,. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/De10395.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De10395.htm). Acesso em 04 de junho de 2017.

visados por empresas estrangeiras; por parte do estado a ação inicial a ser tomada foi a criação do Conselho Nacional do Petróleo – CNP,

[...] pelo Decreto-Lei nº 395, de 29 de abril de 1938, representou a primeira iniciativa consistente do Estado brasileiro de regulação do setor petrolífero. Constituiu o ponto final de um processo que, iniciado com a promulgação da Lei de Minas de 1921, se tornou mais tenso a partir de 1933, com o conflito entre empresários e grupos técnicos do Estado em torno da exploração do petróleo no país, e culminou com a vitória das posições nacionalistas, sustentadas sobretudo por segmentos do Exército<sup>9</sup>.

Dalla Costa explica que:

Nesse decreto são explicitados “os elevados interesses da segurança do país e da economia nacional”, assim como se considera “que o petróleo refinado constitui a fonte principal de energia para a realização do transporte, especialmente aéreo e rodoviário, serviço de utilidade pública nacional, indispensável à defesa militar e econômica do país”. Fala ainda da “conveniência de ordem econômica de prover à distribuição em todo o território nacional do petróleo e seus derivados em condições de preço tão uniformes quanto possível”, e decreta de “utilidade pública o abastecimento nacional de petróleo”, compreendendo como tal “a produção, a importação, o transporte, a distribuição e o comércio de petróleo bruto e seus derivados, bem como a refinação de petróleo importado ou de produção nacional, qualquer que seja neste caso a sua fonte de extração” (DALLA COSTA apud BRASIL, 1938. p. 36).

Dias e Quagliano destacam que as funções deste Conselho Nacional do Petróleo eram as seguintes:

- 1- Autorizar, regular e controlar a importação, inclusive a construção de oleodutos e a distribuição desses produtos em todo o território nacional.
- 2- Organizar e manter um serviço estatístico de todas as operações relativas ao abastecimento nacional de petróleo.
- 3- Sugerir ao governo medidas que julgasse necessárias ao barateamento dos hidrocarbonetos fluidos quer de produção nacional, quer importado.
- 4- Determinar os subprodutos da destilação do petróleo que deveriam ser incluídos no abastecimento nacional.
- 5- Verificar periodicamente o consumo de hidrocarbonetos sólidos ou fluidos nas diversas zonas do país e os estoques existentes, e fixar aos interessados quotas que poderiam importar, dentro de prazos determinados, e bem assim a distribuição dessas quotas pelos diferentes pontos do país.

---

<sup>9</sup>Dossiê: Conselho Nacional do Petróleo. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EstadoEconomia/ConselhoPetroleo>> Acesso em 04 de junho de 2017.

6- Estabelecer os estoques mínimos de hidrocarbonetos fluidos a serem permanentemente mantidos pelos importadores ou refinadores, nos pontos do país que determinar e com a indicação de natureza e qualidade dos respectivos produtos.

7- Propor a alteração dos impostos e taxas de qualquer natureza que gravassem o comércio desses produtos ou a criação de novos impostos ou taxas. (DIAS; QUAGLIANO, 1993, p.55).

Assim, passa a vigorar por dentro das instituições do estado um controle sobre a produção petrolífera no país. No país havia um plano de desenvolvimento energético frágil, e deficiente de iniciativas governamentais. A mudança deste panorama se inicia entre as décadas de 1930 à 1950 com a criação de mecanismos de sua própria manutenção, com

[...] uma visão estratégica de desenvolvimento do país, ou seja, a articulação do investimento para propiciar o salto qualitativo na industrialização brasileira, característica da Segunda Revolução Industrial, que resultou na criação de grandes empresas estatais como: o Conselho Nacional de Petróleo (CNP) (1938); o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (1939); a Companhia Siderúrgica Nacional (1940); a Companhia Vale do Rio Doce (1942); a Companhia Nacional de Alcalis (1943) e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (1945). (NETO, 2012, p. 03).

A criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE<sup>10</sup> em 1952 e da Petrobras em 1953 pode ser compreendida como algum tipo de resposta para essas ameaças estrangeiras para a soberania energética nacional. Assim, essas decisões representavam uma nova fase, as quais tomaram proporções significativas para esse desenvolvimento econômico necessário da época.

Por questões do desenvolvimento industrial pós Revolução Industrial, e, sobretudo na Segunda Guerra Mundial, a base energética passou do carvão ao petróleo, para além de sua mobilidade no transporte da energia até os seus receptores, com o desenvolvimento da própria tecnologia para transformação do petróleo como base energética para inúmeros produtos no mundo.

O comércio de petróleo era controlado por cinco empresas multinacionais: “Atlantic, Stadart Oil, Anglo- Mexican (Shell), Texaco e Caloric” (MORAIS, 2013, p. 43). Mas a funcionalidade para abastecimento de combustíveis como querosene, diesel e gasolina foram fundamentais

---

<sup>10</sup> Atualmente, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

para que o petróleo assumisse em alguns anos o patamar de fonte energética mais importante e disputada do mundo.

Ao fim da Segunda Guerra Mundial, iniciou-se no Brasil um intenso debate sobre como explorar o petróleo no país, a partir de 1946, quando foi promulgada a Constituição brasileira. A carta estabelecia uma regulamentação sobre a exploração de petróleo por meio de lei ordinária, criando, assim, a possibilidade da entrada de empresas estrangeiras no setor petrolífero. Portanto, de 1947 a 1953, a população ficou dividida entre os defensores da ideia de que a prospecção<sup>11</sup>, refino e distribuição deveriam ser atividades exploradas por empresas privadas, estrangeiras ou brasileiras, e os chamados nacionalistas, que afirmavam que, se o Brasil não criasse uma empresa estatal, o petróleo seria oligopolizado pelas grandes corporações internacionais, como a Standard Oil, Shell, Texaco, Mobil Oil, Esso, entre outras, submetendo o país às grandes companhias do consumo nacional<sup>12</sup>.

Após a descoberta da existência de petróleo em terras brasileiras, os olhares dos trustes<sup>13</sup> estrangeiros voltaram-se para o Brasil. A partir daí a compreensão de que esta riqueza nacional estava em disputa tornou-se visível para a sociedade brasileira.

Neto contribui para essa compreensão das intenções das empresas internacionais, citando que:

A estratégia das grandes empresas multinacionais do setor petrolífero -ESSO, SHELL e TEXACO- seria a manutenção do Brasil como mercado, potencialmente, consumidor de petróleo como matéria-prima para a indústria, bem como, os subprodutos derivados dessa fonte energética, ou seja, manter a atividade de distribuição dos derivados do petróleo. (NETO, 2012, p. 03-04).

Na sociedade atual, capitalista, é corrente a intenção destas empresas estrangeiras em irem para outros países em busca de suprir suas necessidades através da exploração de bens naturais, como é o caso do

---

<sup>11</sup> É a atividade aplicada na localização de reservas de substâncias valiosas. São originários dessa atividade a prospecção de petróleo ou de gás natural, por exemplo, realizadas pelas empresas petrolíferas, buscando obter informações sobre o subsolo a partir de detalhes da superfície de uma região, sem a necessidade de perfurar o solo.

<sup>12</sup> Artigo "História do Petróleo". Master Business Petroleum – MPB. Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia - COPPE. Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Disponível em: <[http://www.petroleo.coppe.ufrj.br/historia-do-petroleo/#hist\\_petrobras](http://www.petroleo.coppe.ufrj.br/historia-do-petroleo/#hist_petrobras)> Acesso em: 03 de junho de 2017.

<sup>13</sup> Truste é o resultado do capitalismo que forma um oligopólio, no qual leva a fusão e incorporações de empresas envolvidas no mesmo setor de atividades a abrirem mão de sua independência legal para constituir uma única organização, com o objetivo de dominar determinada oferta de produtos ou serviços. Disponível em: <<http://www.significados.com.br/truste/>> Acesso em 12 de novembro de 2017



petróleo, visto que este óleo é um dos mais cobiçados atualmente em todo o mundo. Harvey nos ajuda a compreender as inovações tecnológicas necessárias e a importância do petróleo nesse contexto:

A inovação e o desenvolvimento de produtos, como todas as outras coisas, tem se tornado um grande negócio, aplicável não só para a melhoria dos produtos existentes (como automóveis), mas também de setores da indústria inteiramente novos (como computadores e eletrônicos e seus enormes campos de aplicação no governo, produtos farmacêuticos, cuidados com a saúde, organização empresarial, entretenimento e similares, além de bens de uso doméstico). [...] Mas a propensão espantosa para a criação de linhas de produtos totalmente novas e a aceleração que ocorreu no desenvolvimento de novos produtos desde aproximadamente a década de 1950 colocou o desenvolvimento do consumismo e de uma crescente demanda efetiva no centro da sustentabilidade do capitalismo contemporâneo [...]. (HARVEY, 2011. p. 83)

Para que essa sustentabilidade do capitalismo não seja comprometida, o avanço dos trustes tende a ser contínuo, e o avanço do capital, ao se refazer e avançar tecnologicamente para obter um maior aproveitamento em suas dimensões de exploração, são necessárias para sua própria manutenção. Marx e Engels contribuem para entendermos porque a burguesia necessita mudar-se a si mesma:

[...] a burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente os instrumentos de produção e, assim, as relações de produção, e com eles as relações de sociedade. [...] Essa subversão contínua da produção, esse abalo ininterrupto de todas as condições sociais, a incerteza e agitação permanentes distinguem a época burguesa de todas as outras. (MARX; ENGELS. 2015. p. 29).

Dada esta compreensão de parte da sociedade brasileira do que significava o petróleo para a segurança e soberania nacional da época, e com as disputas instaladas entre os nacionalistas e entreguistas - ou seja, aqueles que defendiam que todo o “ouro negro” deveria ir para as mãos dos trustes estrangeiros-, fez com que setores da população brasileira manifestassem nas ruas seus sentimentos mobilizados em torno da defesa da soberania nacional, e assim o petróleo se constituiu como agente impulsor da articulação de diferentes grupos sociais e de um nacionalismo mobilizado no Brasil.

## **CAPÍTULO II – DA CAMPANHA “O PETRÓLEO É NOSSO” À CRIAÇÃO DA PETROBRAS: UMA ANÁLISE SOBRE OS PERCURSOS DA QUESTÃO DO PETRÓLEO NO BRASIL**

As movimentações acerca das definições sobre o controle do petróleo brasileiro geraram dúvidas se esta riqueza finita seria das empresas estrangeiras ou controlada pelo estado. No Brasil ainda não existia, na década de 1940, uma empresa estatal com domínio da tecnologia necessária para extração do petróleo, e assim as especulações e os descontentamentos de alguns setores, impulsionaram as contradições que de certa forma permanecem até os dias atuais na sociedade brasileira.

Em 1946, há uma nova Constituição<sup>14</sup> no país, e esta, dentre outras coisas, permite a entrada de capital estrangeiro para a indústria petrolífera. Também se cria a sociedade anônima Refinaria Nacional de Petróleo S.A., a qual possui o objetivo de refinar o petróleo em seus derivados, como gasolina e óleo diesel, sendo mais uma fonte de produção de mercadorias e desenvolvimento para o país.

Logo após a implementação da nova Constituição, uma comissão divulga o Estatuto do Petróleo, o qual propunha revisar as leis existentes e criar novas regras para a exploração do petróleo em terras brasileiras, com um viés intencional à entrada de capital estrangeiro. Para compreendermos melhor algumas questões, são interessantes as contribuições de Lamarrão e Moreira. De acordo com os autores:

O anteprojeto que dele resulta, conhecido como Estatuto do Petróleo, considerava impossível a completa nacionalização, por falta de verbas, de técnicos especializados e de condições gerais. Conseguiu desagradar a todos: dos nacionalistas, que defendiam o monopólio estatal integral, aos grandes trustes, interessados na exploração do petróleo brasileiro à maneira do venezuelano. (LAMARRÃO; MOREIRA. n. p)

O Estatuto descontenta à todos, os nacionalistas que temiam que pelas vias deste conjunto de leis os trustes tomariam de conta de todo o petróleo o brasileiro, sem ao mínimo prestar contas ou contribuir com o

---

<sup>14</sup> Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao46.htm)> Acesso em 03 de junho de 2017.

desenvolvimento do país, e por outro lado, aos trustes interessava o petróleo e não o desenvolvimento do estado brasileiro, como na Venezuela que no início do século XX o petróleo extraído pelos trustes não possuía nenhuma legislação que fizesse com que as empresas tivessem alguma responsabilidade com o país onde estava usufruindo o petróleo<sup>15</sup>.

Ambos acontecimentos constituem-se em marcos importantes para a história do Brasil. A campanha “O petróleo é Nosso!” e a criação da PETROBRAS, justificam ações que vão para além da organização que alguns setores tiveram no país em função da defesa do petróleo brasileiro, mas também perpassam interesses econômicos do estado e de setores da burguesia que compreendiam a importância econômica que o petróleo já possuía em meados do século XX e que a tendência era a valorização do petróleo, portanto, quem detinha este bem finito, tinha o poder.

Neste capítulo, inicialmente o estudo englobará questões gerais que deram origem a campanha “O petróleo é Nosso!”, como forma de resposta às tentativas de controle estrangeiro do petróleo nacional brasileiro, analisando debates em torno do petróleo, as disputas políticas que permearam esses debates e o seu desenrolar ao longo dos anos seguintes. Em um segundo momento, o trabalho discutirá como esse processo levou à criação da estatal Petrobras em 1953.

## **2.1 Contextualização sobre a Campanha “O Petróleo é Nosso!”**

A mobilização de diferentes setores da sociedade brasileira, construída em torno da soberania nacional, em um plano amplo de divulgação e articulação em defesa do petróleo, para que o lucro deste produto fosse direcionado para os brasileiros e não para os trustes estrangeiros, configurou um dos momentos mais importantes na história do Brasil. Um dos elementos centrais desta mobilização se constituiu em uma intensa Campanha nacional chamada “O Petróleo é Nosso!”.

---

<sup>15</sup> Somente em 1920 foi aprovada a Lei de Hidrocarbonetos, que fixava o mínimo para os *royalties* de 15%. Criando também as reservas nacionais, reduzindo as áreas de concessão e reafirmando a propriedade estatal dos depósitos. Artigo: Indústria Petrolífera na Venezuela, Disponível em: <<http://www.pdvdo brasil.com.br/industria-petrolifera-na-venezuela/>> Acesso em: 11 de novembro de 2017.

A mensagem que o *slogan* da Campanha pulverizou em todos os cantos desse país se tornou clara e direta, explicitando o sentido de defesa da soberania nacional, afirmando que o “Petróleo é Nosso!”, ou seja, de que este pertencia ao povo brasileiro. Interessante observarmos que esta palavra de ordem ainda é atual para a realidade do país, e o sentimento mobilizado neste período permeia os corações de muitos/as brasileiras e brasileiros organizados em setores populares e de esquerda, que identificam diretamente que “O Petróleo é Nosso!” e é necessária a mobilização em defesa do monopólio estatal.

Miranda nos conta como surgiu esta frase tão marcante na história do Brasil, dizendo que:

Os secundaristas do Ginásio Vasco da Gama tinham em seu diretor – o professor Otacílio Raínho – um mestre e amigo. Dirigia ele o Grupo Escoteiro do Colégio, condição que ainda mais o aproximava dos alunos. Assim é que tiveram a liberdade de procura-lo para pedir uma caixa de giz, com que iriam escrever, nas paredes das ruas, palavras de ordem em favor do monopólio estatal. Perguntou-lhes, o professor, o que iriam dizer, em suas inscrições, e sugeriu-lhes o que foi logo aceito: “O Petróleo é Nosso!” Assim, os estudantes lançaram o *slogan* que, em pouco tempo, se repetiria em todo o país. (MIRANDA, 2004, p. 80).

A Campanha tem sua data inicial no ano de 1947, e teve vários sujeitos decisivos para que fosse possível torná-la ampla, participativa, massiva e nacional. Dentre estes, estão os jovens, com uma notória participação da UNE – União Nacional dos Estudantes, partidos políticos, como o PCB – Partido Comunista Brasileiro, a imprensa, jornalistas, a ABI (Associação Brasileira de Imprensa), engenheiros, professores, intelectuais e outros tantos personagens da sociedade brasileira.

Esta “campanha cívica (“O petróleo é Nosso!”) cuja deflagração teve como cenário ato público realizado em seu Auditório Oscar Guanabario em 4 de junho de 1948”, ressalta a ABI em uma nota em seu site sobre o episódio terminar frase. Na nota, a Associação também destaca os sujeitos envolvidos na Campanha:

O movimento constituiu uma mobilização até então sem precedentes de patriotas de todas as camadas sociais, à frente Henrique Miranda e Maria Augusta Tibiriçá Miranda, esta ainda viva. Foi intensa na campanha a atuação de militares, entre os quais os

jovens tenentes Francisco Teixeira e Ruy Moreira Lima, e de jornalistas, entre os quais Mattos Pimenta, diretor do “Jornal de Debates”, Lourival Coutinho, diretor de “Panfleto”, e de repórteres, redatores, articulistas e editorialistas dos diários comunistas “Imprensa Popular”, do Rio, e “Notícias de Hoje”, de São Paulo, como Bercelino Maia, Nelson Lontra Costa, Raul Azêdo Netto, Paulo Mota Lima, Pedro Mota Lima e Rivadávia Mendonça. Em outros veículos participaram da campanha Joel Silveira e Rafael Correa de Oliveira. Em apoio à campanha Henrique Miranda fundou e dirigiu o jornal “Emancipação Nacional” e o Centro de Estudos de Defesa do Petróleo e da Economia Nacional, que coordenou o movimento. (Site da ABI: 2013)<sup>16</sup>.

Compreendo que o petróleo é a base de produção para uma diversidade de produtos de bens e consumo da sociedade; na lógica de soberania<sup>17</sup> se o estado brasileiro não deter o poder sobre o petróleo que se encontra em seu território, terá que no mínimo exportar todos os produtos fabricados com sua base de produção.

Com a questão da soberania energética, alguns setores se unem em prol da campanha “O Petróleo é Nosso!”, para contrapor a ideia de entrada de capital estrangeiro. A Campanha ganha força, quando os militares tomam posição política frente aos acontecimentos e disputas. O controle sobre o petróleo era percebido, “na visão dos militares, nesse debate, como um fator que promoveria o progresso econômico e o bem-estar social, além de sua importância decisiva como instrumento de soberania nacional. (NETO, 2012: 11)”.

Mas, entre os militares esse período foi marcado, segundo Castro:

[...] por disputas políticas e divergências ideológicas entre duas principais tendências: uma autodenominada “nacionalista” (e acusada de ser esquerdista pelos adversários) e outra “democrática” (acusada de ser “entreguista” pelo lado contrário). Vargas alternou o apoio a uma e outra tendência, num jogo arriscado que levou à perda de apoio do governo na área militar. (CASTRO, n.p).

Mas o contexto brasileiro nesta época estava inserido em uma conjuntura internacional acirrada, com o capital estrangeiro iniciando olhares ao Brasil, por conta do petróleo que aqui ainda existe. O risco de que algum

<sup>16</sup>A ABI festeja os 60 anos da campanha “o petróleo é nosso”. Disponível em: <<http://www.abi.org.br/a-abi-festeja-os-60-anos-da-campanha-o-petroleo-e-nosso/>> Acesso em 05 de novembro de 2017.

<sup>17</sup> Entende-se por soberania o exercício da autoridade que reside num povo e que se exerce por intermédio dos seus órgãos constitucionais representativos. Disponível em: <<http://www.conceitos.de/soberania>> Acesso em 12 de novembro de 2017.

truste estrangeiro tomasse conta deste patrimônio do povo brasileiro era muito grande, pois não havia no país nenhuma empresa de capital estatal que tivesse estrutura e condições para extrair, refinar e transformar o petróleo em outros bens de consumo, como por exemplo, o óleo diesel.

Reafirmando esta ideia, Miranda indica que:

“O Petróleo é Nosso!” se iniciou com a intensificação da investida imperialista no País, após a Segunda Guerra Mundial, com a guerra fria, a guerra da Coréia e a ameaça da terceira conflagração. A conquista da indústria do petróleo brasileiro pelos trustes, especialmente os norte-americanos, iria consolidar poderosamente a dominação do Brasil. (MIRANDA, 2004, p. 32).

A Campanha articulou também partidos políticos, entre os quais estão o Partido Social Democrático – PSD<sup>18</sup>, que contribuiu na eleição presidencial vitoriosa de Getúlio Vargas em 1950 e no início apoiou integralmente o projeto de criação da Petrobras. Posteriormente, se colocou na posição de ser contrário a proposta de capital misto<sup>19</sup>, e aderiu às iniciativas da Campanha. E o partido de oposição, a União Democrática Nacional – UDN<sup>20</sup>, que era contrário à intervenção estatal na economia, caracterizando-se como um partido de direita, que defendia o monopólio do petróleo, mas criticava as intervenções feitas pelo estado na economia nacional e era a favor da entrada de capital estrangeiro no país.

Portanto, vários interesses permeavam a campanha. Neto explica melhor o posicionamento dos partidos, citando que:

---

<sup>18</sup> Partido Social Democrático (PSD – 1945 – 1965). Criado em 1945 pelos interventores nomeados por Getúlio Vargas durante o Estado Novo, e Vargas foi o primeiro presidente do partido. Foi extinto em 1965, pelo Ato Inconstitucional nº 2. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-social-democratico-psd-1945-1965>

<sup>19</sup> Na criação da sociedade de economia mista, autorizada pela via legislativa, o Estado age como Poder Público, não como acionista. A sua constituição só pode se dar sob forma de sociedade anônima, devendo o controle acionário majoritário pertencer ao Estado, em qualquer de suas esferas governamentais, pois ela foi criada deliberadamente como um instrumento de ação estatal. (BERCOVICI, n.p.) Disponível em: <<http://brasildebate.com.br/a-natureza-juridica-da-petrobras-e-suas-consequencias-praticas/>> Acesso em 12 de novembro de 2017.

<sup>20</sup> União Democrática Nacional (1945 – 1965). “Contradições e cisões acompanharam a trajetória udenista. Coexistiram na UDN teses liberais e autoritárias, progressistas e conservadoras.” (BENEVIDES, n.p.) Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/uniao-democratica-nacional>.

Por um lado, partidos de direita - representada pela União Democrática Nacional (UDN) que assumia uma atitude política em relação ao petróleo, favorável a privatização das atividades produtivas, ou seja, abertura da indústria brasileira do petróleo às multinacionais e pelo Partido Social Democrático (PSD), que por ser um partido cuja origem era conservadora não inspirava confiança -, contestava a proibição por lei à atuação do capital estrangeiro no setor petrolífero brasileiro, em função do Estado não ter capacidade e disponibilidade de recursos para tal investimento, bem como, o empresariado privado não estava disposto a investir num setor considerado de alto risco. (NETO, 2012. p.08).

E as mobilizações aumentavam dia após dia, tendo a necessidade de uma organização geral da Campanha, com coordenações gerais do processo, para dar intencionalidade a nível nacional. A organização da Campanha era em comissões, que geriam as decisões. A coordenação destas comissões era feita pelo grupo chamado de Comissão Executiva, a qual era formada pelas coordenações das demais comissões, as quais eram: finanças, propaganda, intercâmbio, estudos, organização. Exigia-se uma enorme organização para fazer acontecer a Campanha que, com o passar do tempo e do trabalho feito, tomou corpo em todas as regiões do país, objetivando “assegurar a nacionalidade ou a propriedade de todas as reservas de petróleo descobertas no território nacional. (NETO, 2012: 08)”.

Sobre as comissões, outro fator importante é que elas foram se desdobrando nos estados brasileiros, formando grupos diversos, mas com um só tema, a defesa do petróleo e do patrimônio nacional. Miranda nos explica dizendo que:

Em intenso ritmo das atividades, atravessamos o mês de maio de 1948. Em pouco tempo, estavam constituídos Centros em muitos Estados, contando, cada um deles, com numerosas comissões municipais, no interior. Formaram-se comissões de bairro, de empresa, estudantis e, mesmo, de camponeses, em defesa do petróleo, ligadas aos Centros Estaduais nas capitais, ou às comissões municipais. (MIRANDA, 2004, p. 68).

Para esta Campanha chegar a todas as regiões, a propaganda foi fundamental para o convencimento e construção de novas ideias e pensamentos. Sobre isso, em seu livro “O Petróleo é Nosso!” – a luta contra o “entreguismo” pelo monopólio estatal, Miranda explica quais eram as formas que a propaganda atuava durante a Campanha:

Ao mesmo tempo, todos os meios possíveis eram utilizados para a divulgação dos objetos: artigos em jornais e revistas, palestras em rádios, conferências, comícios, faixas, cartazes, inscrições de rua, volantes. Quanto à imprensa e ao rádio – não havia, ainda, a televisão, no início do movimento - , já falamos das dificuldades encontradas. Os jornais, de maneira geral, eram fechados à campanha. Abriam, todavia, colaboração dos “entreguistas”, dos oponentes. (MIRANDA, 2004, p. 62).

Foram feitos panfletos, filmes, cartazes para serem colados nos muros e postes das cidades. Como exemplo, a imagem abaixo apresenta um dos panfletos produzidos para a Campanha pelo PCB,

Imagem 01 – Capa do panfleto produzido pelo PCB



Fonte: CPDOC. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/Petrobras50anos>> Acesso em: 04 de junho de 2017.

Durante a Campanha, o “entreguismo” era ponto forte nas discussões, como podemos observar na capa deste panfleto acima. Ao analisar o cartaz, percebe-se que o *slogan* da Campanha apresenta em destaque a palavra “Nosso!”, para ressaltar a ideia de que o petróleo do Brasil pertencia ao povo brasileiro. Interessante o desenho nos mostrando o mapa do Brasil, e ao centro uma torre petrolífera, com algumas divisas similares à rios, mas também localizam algumas das regiões onde já haviam tentativas de



perfuração de poços de petróleo, como os estados do Pará, Bahia, São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná.

É chamativa a utilização de um polvo no panfleto; ele parece querer abraçar com todos os seus braços o Brasil e o petróleo; em sua cabeça está descrito “entreguismo”, e seus olhos são cifras de dinheiro. Nos braços do polvo, são citados uma série de nomes, que remetem à opositores da campanha. São eles:

- a. Oton Mader<sup>21</sup>, senador da UDN, eleito em 1950. Durante os debates sobre a necessidade de o país ter uma empresa de cunho estatal para gerir as questões petrolíferas, se opôs ao monopólio estatal defendendo a participação no setor de grupos privados.
- b. Brasílio Neto<sup>22</sup> era presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, e em “[...], marcou posição contrária à criação da Petrobras, defendendo a entrega da prospecção e exploração a empresas estrangeiras [...]” (MOREIRA, n.p).
- c. Alencastro Guimarães<sup>23</sup>, major do Exército, senador pelo PTB, também era contra o monopólio estatal, e enfrentava tal posição mesmo dentro do partido, sugerindo que fosse o petróleo explorado através de concessões.

---

<sup>21</sup> Oton Mäder (1985 – 1974) nasceu em Paranaguá (PR). Foi prefeito em Foz do Iguaçu em 1931, e em Ponta Grossa em 1932. Em 1950 elegeu-se senador pelo estado do Paraná, com o apoio da coligação formada pela União Democrática Nacional – UDN, Partido Republicano – PR, Partido Social Trabalhista – PST, Partido Libertador – PL e pelo Partido Republicano Trabalhista – PRT. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/oton-mader>

<sup>22</sup> Brasílio Machado Neto (1900 – 1968) nasceu em São Paulo, capital. Foi um dos fundadores da Ação Nacional em 1932, já em 1943 assume o cargo de diretor-secretário da Associação Comercial de São Paulo e a presidência do Sindicato do Comércio Varejista de Material Elétrico de São Paulo. Em 1944 tornou-se presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, e também dos conselhos regionais paulistas do Serviço Social do Comércio – SESC, e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, mais tarde em 1947 elegeu-se deputado estadual pelo Partido Social Democrático – PSD. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/brasilio-augusto-machado-de-oliveira-neto>

<sup>23</sup> Napoleão de Alencastro Guimarães (1899 – 1964) nasceu em São Sebastião do Caí (RS). Sua formação escolar foi em Colégios Militares, tornando-se com o passar do tempo major do Exército Brasileiro. Foi chefe de gabinete do diretor dos Telégrafos nos anos 30, era adepto das correntes tenentistas a favor da “Revolução” de 1930. Passou um período em missão nos Estados Unidos, sendo membro do Conselho Federal de Comércio Exterior (1940-1943), se elegeu deputado pelo Partido Trabalhista Brasileiro, e era próximo de Getúlio Vargas em relações políticas. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/guimaraes-napoleao-de-alencastro>

- d. Plínio Pompeu<sup>24</sup>, engenheiro, elegeu-se senador pela UDN em 1946.
- e. Assis Chateaubriand<sup>25</sup>, empresário e jornalista. Em 1950 fundou a TV Tupi em São Paulo. Elegeu-se senador na Paraíba pelo PSB, e possui forte posição antinacionalista.
- f. Carlos Lindenberg<sup>26</sup>, senador no estado do Espírito Santo pela coligação PSD/PTB, atuou na Comissão de Economia no Senado intervendo em decisões do governo.
- g. Ismar de Góis Monteiro<sup>27</sup>, relator da Comissão de Segurança Nacional, o qual propunha que com intermédio da empresa de monopólio estatal pudessem contratar empresas estrangeiras especializadas para os serviços de prospecção do petróleo.
- h. Amaral Peixoto<sup>28</sup>, integrante do PSD, cumpria o papel de costurar as alianças entre Getúlio Vargas e o presidente norte-americano Franklin Roosevelt.

---

<sup>24</sup> Plínio Pompeu de Sabóia Magalhães (1892 – 1994) nasceu em Sobrasl (CE). Engenheiro de formação trabalhou na Inspetoria de Secas, na Estrada de Ferro Viação Cearense e também na Estrada de Ferro Sorocabana em São Paulo. Em 1933 elegeu-se deputado pelo Partido Social Democrático, foi prefeito de Fortaleza em 1937. E em 1946 senador pela União Democrática Nacional – UDN, em suas decisões dentro do Senado contribuiu para a cassação dos parlamentares eleitos pelo Partido Comunista Brasileiro. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/magalhaes-plinio-pompeu-de-saboia>

<sup>25</sup> Francisco Assis Chateaubriand (1892-1968) nasceu em Umbuzeiro na Paraíba. Formado em direito, mas ao longo dos anos assume a profissão de jornalista. Em 1924 compra o Diário da Noite de São Paulo, o Jornal do Comércio do Rio, e o Diário de Pernambuco. Em poucos anos era dono de jornais, emissoras de rádio, revistas e estações de televisão, como por exemplo, a TV Tupi. Em 1954 elegeu-se senador pelo estado do Maranhão. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CHATEAUBRIAND,%20Assis.pdf>

<sup>26</sup> Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, (1899-1991) nasceu em Cachoeiro do Itapemirim (ES). Na década de 1920 ingressou no Partido Republicano, já em 1930 tornou-se presidente da Junta Nacional da Associação Comercial, nos anos seguintes participou da fundação do Partido Social Democrático – PSD, sendo reeleito deputado federal pelo ES em 1934. Assumiu a Secretaria de Agricultura até 1939. E em 1947 elegeu-se governador do estado do Espírito Santo. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/carlos-fernando-monteiro-lindenberg>

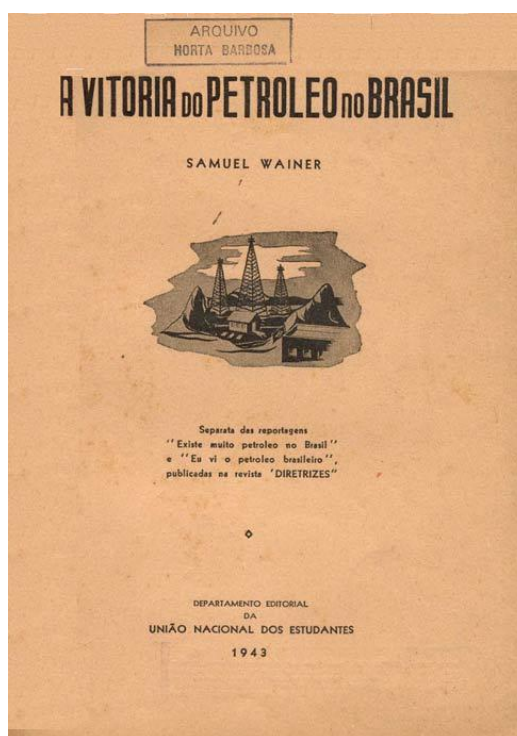
<sup>27</sup> Ismar de Góis Monteiro, (1906-1990), nasceu em Maceió. Tenente do exército, em 1940 foi nomeado interventor no estado de Alagoas, e em 1945 elegeu-se senador por Alagoas pelo Partido Social Democrático – PSD. Em 1953 era relator da Comissão de Segurança Nacional e também membro da Comissão das Forças Armadas. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/monteiro-ismar-de-gois>

<sup>28</sup> Ernani Amaral Peixoto, (1905 – 1989) nasceu no Rio de Janeiro, capital. Engenheiro, em 1933 foi nomeado ajudante – de – ordem da Presidência da República, em 1937 foi nomeado interventor no estado do Rio de Janeiro, casou-se com a filha de Getúlio

Fica claro que os nomes escritos nos tentáculos do polvo na capa do panfleto são de pessoas que de alguma forma contribuíram para que o petróleo fosse entregue nas mãos das empresas estrangeiras, atuando através de relações particulares, influências políticas e/ou imprensa para reforçar esta compreensão e posição antinacionalista.

Outro panfleto utilizado na época da Campanha foi produzido pela UNE, em 1943, intitulado “A vitória do petróleo no Brasil”, contendo reportagens como “Existe muito petróleo no Brasil” e “Eu vi o petróleo brasileiro”, conforme segue abaixo.

Imagem 02 – Capa do panfleto produzido pela UNE



Fonte: CPDOC. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/Petrobras50anos>> Acesso em: 04 de junho de 2017.

---

Vargas, moraram nos Estados Unidos e isto facilitou as relações de alianças entre o presidente Franklin Roosevelt com Vargas. Elegeu-se deputado federal pelo Partido Autonomista, anos mais tarde dirigiu o serviço de abastecimento de Mobilização Econômica, e em 1945 foi um dos fundadores do Partido Social Democrático. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/ernani\\_amaral\\_peixoto](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/ernani_amaral_peixoto)>

Neste panfleto produzido pela UNE em 1943, podemos observar que ele possui em seu interior dois textos para estudo, uma vez que seu público alvo são estudantes, e no meio de sua capa, como nos mostra a imagem acima, há uma ilustração de um campo com torres de extração de petróleo, mas também algumas afirmações importantes para este período histórico, como o título realçado com as palavras “A Vitória do Petróleo no Brasil”, considerando vitoriosa a descoberta de petróleo em solos brasileiros, e também as reportagens em seu interior intituladas “Existe muito petróleo no Brasil”, e “Eu vi o petróleo brasileiro”.

Outra questão interessante é o nome de Samuel Wainer<sup>29</sup>, que aparece logo abaixo do título principal do panfleto. Wainer era um jornalista, dono do periódico Última Hora S.A, o qual em 1951 era o jornal de maior circulação no Rio de Janeiro. Nos anos 1950, “Para romper o cerco imposto pela grande imprensa do país, Vargas começou a pensar num jornal que, sem ser do governo, pudesse defender suas iniciativas, e escolheu Samuel Wainer para viabilizá-lo”<sup>30</sup>. Através de financiamentos bancários, Wainer constituiu a Empresa Editora Última Hora S.A. Então seu nome ligado a UNE, dava a entender que existia uma ligação e também apoio político do jornalista aos estudantes nesta Campanha em defesa da soberania nacional.

Tal processo avançou em quantidade de pessoas envolvidas, e tomou um corpo significativo no Brasil. A campanha “O Petróleo é Nosso!” ganhou as ruas sob a liderança do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo, eram milhares e milhares de pessoas que saíam às ruas, em comícios, conferências e outras atividades, para defender o petróleo brasileiro e exigir do Estado a criação de uma empresa que pudesse tomar conta da riqueza

---

<sup>29</sup> Samuel Wainer (1912-1980), no início de sua carreira jornalística era contra o Governo de Vargas; na década de 1940 várias edições da revista Diretrizes, que lhe pertencia, foram apreendidas, foi para o exílio no Chile e nos Estados Unidos, retornou para o Brasil em 1945, continuou como jornalista e em uma de suas viagens à região sul do país teve contato com Getúlio Vargas, publicando em um jornal uma entrevista com o mesmo, e na década de 1950, quando Vargas novamente é eleito, o escolhe para construir uma imprensa alternativa por fora do governo para defender seus propósitos governamentais, a partir daí Wainer torna-se parte fundamental para a divulgação e “boas-novas” do governo varguista. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/samuel\\_wainer](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/samuel_wainer)> Acesso em 11 de novembro de 2017.

<sup>30</sup> Dossiê, produzido pelo CPDOC, sobre a biografia do jornalista, intitulado “Samuel Wainer”. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/samuel\\_wainer](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/samuel_wainer)> Acesso em 11 de novembro de 2017.

nacional, ou seja, fomentando a criação do que conhecemos como Petrobras. Como explica Neto:

Essa conscientização tomava conta do povo brasileiro, ao eleger a questão do petróleo como a luta pela soberania nacional que definiam os caminhos para consolidar o processo de industrialização e do desenvolvimento econômico e social. Esse movimento nacional de luta e de autodeterminação do povo brasileiro ficou conhecido como a Campanha “O Petróleo é Nosso”. (NETO, 2012: 05).

A Campanha “O Petróleo é Nosso!” tomou uma intensidade muito maior do que se poderia imaginar no início, com a palavra de ordem que os estudantes criaram para riscar com giz nos muros da cidade. Ela detém ideias de soberania nacional, de independência, de sentimento de pertença, sugerindo que com a criação da Petrobras, é a empresa que deve estar a serviço do desenvolvimento nacional, e mais que isso, ela “deve ser *intocável*”.

A compreensão do nacionalismo permeia afirmações de independência política e soberania, no “nacionalismo de Sodré, as novas classes teriam o papel de lutar contra o imperialismo, pelo fato de que o capital estrangeiro obstava a acumulação interna de capital.” (CABRAL; CUNHA. 2006, p. 252). Tal posição de parte da sociedade brasileira é perceptível ao longo da história da Campanha “O Petróleo é Nosso!”, a indignação contra os “entreguistas” é visível até nas capas dos panfletos usados para mobilização social.

## **2.2 Breve história da “Petróleo Brasileiro S. A”**

A constituição de uma empresa de capital misto que possui o monopólio estatal e é fruto de uma conjuntura nacional de grandes disputas, mobilizações e interesses políticos, construiu a sua base com as vozes de muitas pessoas, organizadas em setores políticos, sindicatos e movimentos estudantis e sociais que ecoaram nas ruas desse país gritando que “O Petróleo é Nosso!”.

A criação da Petrobras foi debatida nas ruas, mas também por dentro das estruturas burocráticas do governo e no interior do poder legislativo.

Entre a data de apresentação do projeto ao Congresso até a sua promulgação se passaram 22 meses, tendo a questão do monopólio como a mais discutida entre os parlamentares. “Em mensagem ao povo brasileiro, Getúlio” destacou a importância da medida: “Constituída com capital, técnica e trabalho exclusivamente brasileiros, a Petrobras (...) constitui novo marco da nossa independência econômica”. (MOREIRA; LAMARRÃO. n.p)<sup>31</sup>.

No âmbito legislativo, se constituíram várias movimentações em torno de sua construção. Lamarrão e Moreira nos contextualizam essas movimentações no Parlamento:

Diante da situação, Vargas optou finalmente pelo monopólio estatal, autorizando a abertura das negociações no Congresso. Aprovado na Câmara em setembro de 1952, o projeto da Petrobras foi então remetido ao Senado, onde alguns senadores se identificavam abertamente com os interesses privados, nacionais e estrangeiros. Em junho de 1953, o projeto retornou à Câmara com 32 emendas – inclusive permitindo o completo controle pelo capital privado –, mas foram todas derrubadas na Câmara. Mas duas concessões foram feitas: a que confirmava as autorizações de funcionamento das refinarias privadas já existentes; e a que permitia a participação de empresas particulares, inclusive estrangeiras, na distribuição dos derivados de petróleo. (LAMARRÃO; MOREIRA. n.p).

Meses depois, em

[...] 3 de outubro de 1953, depois de intensa mobilização popular, Vargas sancionou a Lei nº 2.004, criando a Petróleo Brasileiro S. A – Petrobras, empresa de propriedade e controle totalmente nacionais, com participação majoritária da União, encarregada de explorar, em caráter monopolista, diretamente ou por subsidiárias, todas as etapas da indústria petrolífera, menos a distribuição. Ao CNP caberia orientar e fiscalizar o monopólio da União, sendo reafirmada sua competência para supervisionar o abastecimento nacional do petróleo. (LAMARRÃO; MOREIRA. n.p).

Os aspectos políticos-sociais foram importantes para este processo de constituição de uma empresa de caráter nacional e estatal, a qual gerenciava a fonte energética de maior valor que há no mundo até os dias atuais.

---

<sup>31</sup>Dossiê, produzido pelo CPDOC, intitulado “Petrobras”. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/Petrobras>>. Acesso em: 04 de junho de 2017.

Mas as alianças políticas realizadas para contentar “todas” as partes, foi um ponto estratégico do governo varguista. O monopólio estatal do petróleo é parcial, pois o estado brasileiro não possuía total controle da cadeia petrolífera. Ao aprovar as concessões das “autorizações de funcionamento das refinarias privadas já existentes; e a que permitia a participação de empresas particulares, inclusive estrangeiras, na distribuição dos derivados de petróleo” (idem), revela-se que o governo não interferiu nos negócios de quem já estava atuando no ramo em terras brasileiras, e abriu um campo enorme para empresas estrangeiras, principalmente em relação à distribuição dos derivados do petróleo.

Complementando esta ideia, Neto cita que:

Dessa forma, a projeto foi encaminhado para a aprovação do presidente Getúlio Vargas que sancionou a Lei nº 2004, em 03 de outubro de 1953, que instituiu o monopólio estatal do petróleo e criou a Petrobras-Petróleo Brasileiro SA considerando o setor petrolífero de segurança nacional. Ao constituir a Petrobras como uma sociedade por ações de economia mista, o Estado assume o controle acionário. (NETO, 2012, p. 18).

E em meio disso, outra importante criação foi a do Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDE, em 1952, “pela Lei nº 1.628<sup>32</sup>, durante o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954). Entidade autárquica, com autonomia administrativa e personalidade jurídica própria, o BNDE inicialmente esteve sob a jurisdição do Ministério da Fazenda<sup>33</sup>Inicialmente, sua função determinava que seus “primeiros investimentos estariam voltados para o reaparelhamento de portos e ferrovias, o aumento da capacidade de armazenamento e a ampliação do potencial elétrico”<sup>34</sup>. Ou seja, atuava como um dos braços do governo para fomentar a industrialização.

As operações de prospecção na Petrobras iniciaram em 1954, na Bahia, na refinaria chamada Mataripe, que corresponde a imagem a seguir.

---

<sup>32</sup> Cria o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico; abre crédito especial e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L1628.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1628.htm)

<sup>33</sup> Dossiê, CPDOC, intitulado Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Disponível em: <http://www.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/BNDE>> Acesso em 05 de junho de 2017.

<sup>34</sup> Idem.

Imagem 02 - Pronta para operar - 1954



Fonte: <http://exposicao60anos.agenciapetrobras.com.br/decada-1950-momento-3.php>. Acesso em 06 de novembro de 2017.

A imagem nos mostra a refinaria recém instalada em 1954, que mais tarde chamou-se de Landulpho Alves<sup>35</sup> – Mataripe, em homenagem ao engenheiro engajado na defesa do petróleo; esta dobrou em cinco vezes sua capacidade de refinação, uma vez que a refinaria foi ampliada e obras de modernização foram feitas.

Assim, a empresa transformou-se, para parcelas significativas da sociedade, em sinônimo de soberania nacional, garantia de desenvolvimento e riqueza para mover o país. A sua importância, na época de sua criação, pode ser definida em três pontos, que são:

[...] 1) seu papel na geração da renda nacional, ou seja, o valor adicionado à renda ou produto nacional; 2) a liberação ou economia de divisas proporcionada pelas suas atividades, calculando-se o valor do consumo do petróleo e derivados a preços de importação; 3) o valor dos investimentos que realiza, e que representam notável impulso à indústria nacional, pelo efeito multiplicador que significam as compras da empresa estatal. (CASTRO FILHO et al. n.p).

Com o passar dos anos, a Petrobras tornou-se a maior e principal distribuidora do país, atendendo as demandas de um capital faminto por

---

<sup>35</sup> Landulpho Alves de Almeida (1893 – 1954), nasceu em Santo Antônio de Jesus no estado da Bahia, líder da bancada do PTB no Senado em 1952, além de relator, foi um dos defensores da Lei nº 2.004, que criou a Petrobras e instituiu o monopólio estatal do petróleo. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/landulfo-alves-de-almeida>>



combustível e desenvolvimento. A imagem abaixo corresponde a 1958, quando o logo oficial da empresa foi criado.

Imagem 03 - A identidade Petrobras



Fonte: <http://exposicao60anos.agenciapetrobras.com.br/decada-1950-momento-5.php>.  
Acesso em 06 de novembro de 2017.

É nítida a semelhança do primeiro logo da Petrobras com a bandeira do Brasil, as mesmas cores e símbolos semelhantes, transparecendo o sentimento mobilizado em torno do nacionalismo da época e da pertença da Petrobras ao estado brasileiro. No site da própria empresa, encontra-se um artigo que nos conta detalhes sobre esta criação inédita no país, citando que:

A primeira marca foi criada por um dos funcionários da empresa, Luiz Pepe [...] ele trabalhava como desenhista do Departamento de Exploração, onde fazia os mapas cartográficos para os geólogos da área. Na época, as marcas e propagandas eram fruto da criação artística de autodidatas, em um Brasil que ainda não conhecia cursos de design e de propaganda.<sup>36</sup>

A Petrobras desenvolveu-se em uma empresa que atua em vários setores da energia, até os anos de 1980 ela possuía diversas empresas,

<sup>36</sup>Artigo: 1958 – A identidade Petrobras. Disponível em: <http://exposicao60anos.agenciapetrobras.com.br/decada-1950-momento-5.php>. Acesso em 06 de novembro de 2017.

como: Petrobras Química S.A. (Petroquisa); Petrobras Distribuidora S.A. (BR); Petrobras Internacional S.A. (Braspetro); Petrobras Comércio Internacional S.A. (Interbrás); Petrobras Fertilizantes S.A. (Petrofértil), e Petrobras Mineração S.A. (Petromisa).

E desde 1948 uma parte das brasileiras e brasileiros tinham a compreensão da importância do monopólio estatal na questão do petróleo. No Manifesto escrito pelo Centro de Estudos e Defesa do Petróleo, neste mesmo ano, Miranda afirma que:

O petróleo é, hoje, o fator preponderante da emancipação econômica dos países e da liberdade política dos povos. Confia-lo a mãos estrangeiras alheias às aspirações de nossa gente e contrárias ou indiferentes aos interesses de nosso País constitui golpe de efeito mortal para a nacionalidade. (MIRANDA, 2004, p. 46-47).

A história da Petrobras que gira em torno das disputas políticas no cenário nacional; desde sua criação possui capital misto, se constituindo como uma sociedade anônima, ou seja, uma porcentagem da empresa não é de controle do estado brasileiro, e sim de acionistas. Para compreendermos melhor como funciona esta divisão, a Federação Única dos Petroleiros<sup>37</sup> publicou uma notícia em 2010, a qual diz que:

Já a fatia do capital social, que é composto por ações ordinárias e preferenciais (sem direito a voto), pertencente ao governo passou de 39,8% para 48%, distribuídos da seguinte forma: 33,2% da União; e 11,8% do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Ainda no capital social, o Fundo Soberano tem 3%; a Previ (Fundo de Pensão dos funcionários do Banco do Brasil), 2,9%; e a Petros (Fundo de Pensão dos funcionários da Petrobras), 0,8%. Os 48,3% restantes estão distribuídos pelo mercado. (FUP, 2010, n.p).

---

<sup>37</sup>Logo após a criação da Petrobras, em 1953, os petroleiros baianos fundaram a Associação Profissional de Trabalhadores da Indústria de Petróleo. E em 1957, também na Bahia foi criado o primeiro sindicato da categoria, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração de Petróleo. Nas décadas de 1960 à 1980 vários sindicatos foram criados no país, incluindo a Confederação dos Trabalhadores da Indústria, controlada pelos militares nos anos de Ditadura Civil-Militar. Somente em 1994 cria-se a Federação Única dos Petroleiros, tendo atualmente mais de 100 mil associados. Disponível em: <http://www.fup.org.br/a-federacao/historia/>. Acesso em 09 de novembro de 2017.

É fundamental compreendermos como esta empresa está constituída, podemos observar que 48,3% das ações estão distribuídas no mercado, quase metade da Petrobras não é do estado brasileiro.

A primeira logomarca da empresa, similar à bandeira do Brasil, a qual é um dos grandes símbolos da nação brasileira, que se constitui em bases de uma história que muitas vezes ainda é opressora das minorias, desenha um panorama onde a luta pela criação de uma empresa para deter o controle do monopólio estatal do petróleo ainda é atual e necessária para garantir a soberania nacional deste país.

Algo aqui sobre a petrobras e findar esse capítulo

Nesse sentido a persistência dos trustes estrangeiros para usufruírem das riquezas do Brasil tem a tendência de ser contínua, e a defesa do que ainda é hoje controle parcial do estado, poderá ser amanhã apenas lembranças.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões que contribuem para a construção de um nacionalismo mobilizado giram em torno da soberania nacional, e refletem diretamente em toda a história da Campanha “O Petróleo é Nosso!” e da Petrobras.

História de contradições e acordos entre governos e empresas estrangeiras, ambos com intenções e discursos de desenvolvimento, mas compreendiam que o petróleo poderia ser um produto não muito valoroso no início do século XX, mas que a conjuntura do desenvolvimento industrial apontava tendências que essa mercadoria seria fundamental para o “andar da carruagem”, tornando-se anos depois o “ouro negro” disputado entre nações capazes de entrar em guerra entre si para deter o monopólio deste bem natural finito.

O que nos faz refletir nas condições atuais do país, onde este monopólio está colocado novamente em discussão; com o avanço do capital e com as empresas estrangeiras se remodelando, as intenções de privatização do nosso petróleo estão novamente na conjuntura atual.

Vimos que o petróleo com o passar das décadas se colocou em um patamar de mercadoria essencial para o desenvolvimento das sociedades, uma vez que as produções de diversas mercadorias possuem sua base na composição, mas que também os combustíveis são a grande fatia desta distribuição de necessidades de manutenção da sociedade capitalista. Conhecido desde as sociedades da História Antiga, tornou-se indispensável para o capitalismo contemporâneo.

A tendência é que os conflitos se acentuem em nosso país em torno da disputa pelo petróleo. As ameaças na soberania nacional energética são cada vez mais latentes, a Petrobras hoje não possui mais o controle de todos os poços de petróleo que estão em território brasileiro, por exemplo. E o ramo de distribuição é dominado por empresas estrangeiras, como a *Raízen*, e *Ipiranga*, e a brasileira BR Petrobras.

A descoberta do pré-sal, ou seja, o petróleo anterior a camada mais antiga de sal que encontra-se no subsolo, fez com que atualmente a empresa Petrobras esteja valorizada no mercado econômico, e sua

produção de petróleo cresceu 24 vezes, segundo os dados da própria empresa<sup>38</sup>.

A Campanha “O Petróleo é Nosso!” nos mostrou a ampla participação de diversos setores da sociedade. O governo assumiu uma postura política de resolver os problemas postos em nome do desenvolvimento do país, apaziguando de certa forma os mais diversos interesses, abrindo um leque para a burguesia industrial, fazendo concessões para empresas internacionais de atuarem no Brasil no ramo da distribuição, contentando esse setor industrial que almejava fomentos para o desenvolvimento de seus negócios. Por outro lado, para contentar aqueles que se mobilizaram em torno da Campanha, criou uma empresa de monopólio estatal e abriu novas possibilidades de empregos no setor.

A participação de diferentes setores nas mobilizações em defesa do petróleo tornou-se um marco na história do país, aglutinando forças que estavam dentro das estruturas do estado, mas também setores da sociedade civil. Assim, a pauta da defesa do petróleo e da soberania do país transformou-se em uma luta nacional, reconhecida e marcante na história.

A soberania nacional ainda é algo que não temos assegurado em nosso país; a criação da Petrobras há 64 anos reflete que os lucros obtidos dessa exploração não é dividido entre “as filhas e filhos da nação”, pois ainda há muito o que melhorar na vida das brasileiras e brasileiros, como a educação, saúde e moradia, por exemplo. O estudo realizado sobre a história desta empresa revela o grandioso potencial de desenvolvimento na indústria petrolífera, e revela muitas possíveis disputas pelo seu controle, inclusive as questões de novas formas de acordos sobre o uso do petróleo, leilões, concessões e Lei da Partilha.

Mas esse sentimento mobilizado por décadas, fazendo a Petrobras ser parte da história do país, torna-a fundamental para o povo brasileiro. Em especial para uma categoria de trabalhadoras e trabalhadores que não existiam antes da Petrobras, os trabalhadores e trabalhadoras da própria

---

<sup>38</sup> Disponível em: <http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/areas-de-atuacao-exploracao-e-producao-de-petroleo-e-gas/pre-sal/> Acesso em 08 de novembro de 2017.

empresa, as petroleiras e petroleiros, e nos fica o desafio de compreender a partir do olhar dos/as trabalhadoras/es o que significa a Petrobras para estas pessoas que a constroem diariamente.

Será necessária a articulação de uma nova Campanha em defesa do petróleo, do pré-sal e da Petrobras? As novas mobilizações serão necessárias de forma massiva e ideológica, pois é preciso romper barreiras como do monopólio das telecomunicações, do sistema político desgastado e fazer chegar a palavra de ordem criada pelos estudantes há 70 anos e ainda atual e necessária aos brasileiros e brasileiras, que “O Petróleo é Nosso!”.

“A Petrobras é uma conquista do povo brasileiro (BERCOVICI; n.p)” e o desafio de defesa da soberania nacional permanecerá, a questão é como mobilizar aquelas pessoas “não organizadas”, as que não pertencem a nenhum partido político, sindicato, movimento social, igrejas ou associações? Como escrever “páginas que o povo diariamente lê quando passa para as oficinas e guarda, pra reler, no coração”?

Assim, este estudo, que foi realizado para elaboração deste Trabalho de Conclusão de Curso, tem por objetivo geral compreender o processo de mobilização e criação da Petrobras, e se caracteriza como início de pesquisas individuais e coletivas, com o objetivo de contribuir na construção de um saber coletivo, partindo da história do passado para refletir sobre o presente.

## REFERÊNCIAS

ABI, Associação Brasileira de Imprensa. **A ABI festeja os 60 anos da campanha “o petróleo é nosso”**. Disponível em: <<http://www.abi.org.br/a-abi-festeja-os-60-anos-da-campanha-o-petroleo-e-nosso/>> Acesso em 05 de novembro de 2017.

BENEVIDES, Maria Vitória. **União Democrática Nacional (UDN)**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/uniao-democratica-nacional>> Acesso em 07 de novembro de 2017.

BERCOVICI, Gilberto; **A natureza jurídica da Petrobras e suas consequências práticas**. Brasil Debates/a Disponível em: <<http://brasildebate.com.br/a-natureza-juridica-da-petrobras-e-suas-consequencias-praticas/>> Acesso em 12 de novembro de 2017.

BOTTOMORE, TOM. **Dicionário do pensamento marxista**. Jorge Zahar Editor Ltda. Rio de Janeiro, 1983.

BRASIL. Departamento Nacional de Produção Mineral. **DNPM comemora 81 anos de existencia**. Disponível em: <<http://www.dnpm.gov.br/noticias/dnpm-comemora-81-anos-de-existencia-1>> Acesso em 07 de novembro de 2017.

\_\_\_\_\_ **Decreto Lei nº 6. 323, de 10 de janeiro de 1907**. Cria o Serviço Minerológico do Brasil. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-6323-10-janeiro-1907-517453-republicacao-105019-pe.html>> Acesso em 03 de novembro de 2017.

\_\_\_\_\_ **Decreto Leiº nº 395, de 29 de abril de 1938**, declara de utilidade pública e regula a importação, exportação, transporte, distribuição e comércio de petróleo bruto e seus derivados, no território nacional, e bem assim a indústria da refinação de petróleo importado em produzido no país, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/Del0395.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del0395.htm).> Acesso em 04 de junho de 2017.

\_\_\_\_\_ **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**, de 18 de setembro de 1946. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao46.htm)> Acesso em 03 de junho de 2017.

\_\_\_\_\_ **Decreto Lei nº 2.004, de 03 de outubro de 1953**. Dispõem sobre a Política Nacional do Petróleo e define as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo, institui a Sociedade Anônima. Rio de Janeiro. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L2004.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L2004.htm)> Acesso em 07 de junho de 2017.

CABRAL, Fátima; CUNHA Paulo Ribeiro da. **Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena**. Editora Unesp. São Paulo: 2006.

CASTRO, Celso. **Os militares e o segundo governo Vargas**. Disponível em:

<<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/Militares>> Acesso em: 11 de novembro de 2017.

CASTRO, Filho; et al. **Petrobras**. Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/petrobras-1>> Acesso em 20 de outubro de 2017.

CPDOC. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. FGV. Fundação Getúlio Vargas. **Conselho Nacional do Petróleo**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EstadoEconomia/ConselhoPetroleo>> Acesso em 04 de junho de 2017.

\_\_\_\_\_ **Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDE**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/BNDE>> Acesso em: 04 de junho de 2017.

\_\_\_\_\_ **Carlos Fernando Monteiro Lindenberg**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/carlos-fernando-monteiro-lindenberg>> Acesso em 07 de novembro de 2017.

\_\_\_\_\_ **Ernani Amaral Peixoto**. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/ernani\\_amaral\\_peixoto](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/ernani_amaral_peixoto)> Acesso em 07 de novembro de 2017.

\_\_\_\_\_ **Ismar de Gois Monteiro**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/monteiro-ismar-de-gois>> Acesso em 07 de novembro de 2017.

\_\_\_\_\_ **Nacionalismo**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/NACIONALISMO.pdf>> Acesso em 12 de novembro de 2017.

\_\_\_\_\_ **Oton Mader**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/oton-mader>> Acesso em 07 de novembro de 2017.

\_\_\_\_\_ **Partido Social Democrático (PSD – 1945-1965)**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-social-democratico-psd-1945-1965>> Acesso em 07 de novembro de 2017.

\_\_\_\_\_ **Plínio Pompeu de Sabóia Magalhães**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/magalhaes-plinio-pompeu-de-saboia>> Acesso em 07 de novembro de 2017.



\_\_\_\_\_ **Samuel Wainer**. Disponível em:  
<[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/samuel\\_wainer](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/samuel_wainer)> Acesso em 09 de novembro de 2017.

COPPE. Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia. UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro. **História do Petróleo**. Disponível em: <[http://www.petroleo.coppe.ufrj.br/historia-do-petroleo/#hist\\_petrobras](http://www.petroleo.coppe.ufrj.br/historia-do-petroleo/#hist_petrobras)> Acesso em: 03 de junho de 2017.

COUTINHO, Amélia. **Landulfo Alves de Almeida**. Disponível em:  
<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/landulfo-alves-de-almeida>> Acesso em 08 de novembro de 2017.

DALLA COSTA, Luiz Alencar. **A indústria do petróleo: disputa por territórios cada vez mais profundos**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), Programa de Pós – graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (Territorial), 2016.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. **O Brasil Republicano – O tempo do nacional – estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: 2003.

DIAS, José Luciano de Mattos; QUAGLIANO, Maria Ana. **A questão do petróleo no Brasil – uma história da Petrobras**. CPDOC. Rio de Janeiro: 1993.

DIAS, Sônia. **Brasilio Augusto Machado de Oliveira Neto**. Disponível em:  
<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/brasilio-augusto-machado-de-oliveira-neto>> Acesso em 07 de novembro de 2017.

ENGELS, Friedrich; KARL, Marx. **Manifesto do Partido Comunista**. Editora Edipro. 3ª edição. São Paulo: 2015.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Assis Chateaubriand**. Disponível em:  
<<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CHATEAUBRIAND,%20Assis.pdf>> Acesso em 07 de novembro de 2017.

FUP, Federação Única dos Petroleiros. **Estado aumenta 64% participação nas ações votantes da Petrobras**. Disponível em: <  
<http://www.fup.org.br/ultimas-noticias/item/8406-estado-aumenta-para-64-participacao-nas-acoes-votantes-da-petrobras>> Acesso em 09 de novembro de 2017.

\_\_\_\_\_ **História**. Disponível em: <http://www.fup.org.br/a-federacao/historia/>> Acesso em 09 de novembro de 2017.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. Editora Boitempo; São Paulo: 2011.

KANAAN, Hanen Sarkis. **Estado e planejamento econômico no Brasil - Octávio Ianni**. 2004. Disponível em: <[www.periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/download/1438/1211](http://www.periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/download/1438/1211) > Acesso em 04 de junho de 2017.

LAGO, Mario. **O Povo escreve a História nas paredes**. Editora Petrobras. Rio de Janeiro: 1948.

LAMARRÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. MOREIRA, Regina da Luz. **Petrobras**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/Petrobras>> Acesso em: 04 de junho de 2017.

LAMARRÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. MOREIRA, Regina da Luz. **Petrobras 50 anos**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/Petrobras50anos>> Acesso em: 04 de junho de 2017.

LUCHESSI, Celso Fernando. **Petróleo**. Estudo Avançado. Volume 12, número 33. São Paulo. Universidade de São Paulo, 1998.

MIRANDA, Maria Augusta Tibiriçá. **O Petróleo é Nosso – A luta contra o “entreguismo”, pelo monopólio estatal**. Editora IPISIS, São Paulo: 2004.

MORAIS, José Mauro de. **Petróleo em águas profundas – uma história tecnológica da PETROBRAS na exploração e produção offshore**. IPEA, Brasília: 2013.

MOREIRA, Regina da Luz. **Napoleão de Alencastro Guimarães**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/guimaraes-napoleao-de-alencastro>> Acesso em 07 de novembro de 2017.

MOREIRA, Regina da Luz; SARMENTO, Carlos Eduardo Barbosa. **Petrobras 50 anos**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/Petrobras50anos>> Acesso em 30 de outubro de 2017.

SAUER; I. L., AMADO; N, MERCEDES; S.S. **Energia, recursos minerais e desenvolvimento**. Texto-subsídio para IX Congresso da Federação Interestadual dos Engenheiros. 2010.

PETROBRAS. **Pré – sal**. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/areas-de-atuacao/exploracao-e-producao-de-petroleo-e-gas/pre-sal/>> Acesso em 08 de novembro de 2017.

PETROBRAS, Agência. **1954 – Pronta para operar.** Disponível em: <  
<http://exposicao60anos.agenciapetrobras.com.br/decada-1950-momento-3.php>> Acesso em 06 de novembro de 2017.

\_\_\_\_\_ **1958 – A identidade Petrobras.** Disponível em: <  
<http://exposicao60anos.agenciapetrobras.com.br/decada-1950-momento-5.php>> Acesso em 06 de novembro de 2017.